

# A força da amizade



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da Academia  
Brasileira de Letras

Sempre digo que a amizade é a melhor coisa da vida. O primeiro amigo que Deus me deu foi o livro. Ele me acompanha por toda a minha vida, cada ano com maior presença e estreito aconchego. O livro nos conforta e nos suporta nos momentos difíceis e nas horas tristes. Acredito que tenha passado um quarto de minha vida lendo. Muitas vezes, troquei a companhia do meu sono pela de um livro.

Na verdade, o primeiro amigo que tive, à frente do livro, foi o meu pai. Quando eu tinha poucos anos, durante minha infância, mas já com a consciência presente, meu pai chamou-me e disse: “José, ninguém nasce sem um pai. Eu já sou o teu, agora quero ser também teu amigo”. Assim, passei a viver ao seu lado até a sua morte — novo ainda, aos 58 anos —, desfrutando do seu carinho e do seu amor de pai, mas também da convivência com um amigo, na sorte de estarmos sempre juntos: eu ouvindo seus conselhos, as histórias que ele contava, no prazer e na força dessa amizade, numa constante troca de ideias, aprendendo seus ensinamentos sobre educação, disciplina, paciência, prudência, solidariedade e amor.

Deus concedeu-me a felicidade de ter amigos da vida inteira, e não canso de agradecer todos os dias por

compartilharem comigo as tristezas e alegrias desta existência. Alguns amigos da infância me acompanharam na adolescência e maturidade. Hoje velhos estamos, velha a nossa amizade permanece. Maranhão, minha terra e meus amigos. (Buzar, diga a todos que estão sempre em meu coração.) E que saudade de Bandeira Tribuzzi, Ferreira Gullar...

Nessas amizades antigas estão as pessoas que nos mostram um “espelho do tempo”, não nos deixando esquecer de quem somos verdadeiramente, pois nos conhecem há tanto tempo que, às vezes, nos enxergam com mais clareza do que nós mesmos. Se consideram que agimos de forma que não nos reconhecem em algum momento, nos tropeços da vida, logo dizem: “Que é isso, meu amigo? Nem o conheço mais.” E assim nos ajudam a “acertar o passo.”

Não resisto e vou citar alguns nomes para homenagear todos os amigos do início de minha vida parlamentar, pois também não saem do meu coração. Primeiramente, Odylo Costa, filho e Josué Montello. Em seguida, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Gilberto Amado, Jorge Amado, nossa querida Zélia, Rachel de Queiroz, Alceu Amoroso Lima, Aurélio Buarque de Holanda, Austregésilo de Athayde, Carlos Chagas Filho, João Cabral de Mello Neto, Otto Lara Resende, Carlos Castelo Branco, José Américo de Almeida.

Nos meus 60 anos de vida política, em que tive a sorte e a ventura de ser deputado federal, governador, senador por dois estados, Maranhão e Amapá, e presidente da República, pude colecionar uma miríade de amigos. Mais do que os cargos que ocupei, muito me orgulho das amizades: políticos, diplomatas, jornalistas, chefes de Estado, com muitos ainda desfruto

do gosto da convivência e da troca de ideias que me enchem a alma.

Sempre tive muito gosto de ter amigos. Os que trabalham comigo, ou com quem tenho qualquer relação profissional, transformam-se em amigos, tornando-se quase familiares. Assim tenho sido a vida inteira. E não me arrependo.

Nesta altura de minha vida, descobri que tenho gosto também de fazer novos amigos. Comecei a pensar na poderosa força do outro, como ensinou Cristo, quando recentemente, nesta minha idade, tive alegria de estreitar convivência com pessoas da Associação dos ex-Alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na USP — que, no ano de 2026, completa 200 anos —, que me convidaram para fazer parte da comissão de assuntos que deverão marcar essa data, sob a presidência da celebrada diretora eleita da Faculdade, Profª Drª Ana Elisa Bechara, grande talento, muito querida pelos alunos da Casa.

Assim conheci Rui Caminha, excelente pessoa, dedicado a servir a história da entidade, zelando por ela com total doação. Conheci também homens vitoriosos, novos de idade, mas já grandes advogados de São Paulo, ex-alunos com as raízes na velha faculdade de sua formação. Com eles, gente nova de fora do mundo da política, em agradáveis almoços, percebi um outro lado da realidade brasileira: o quanto essa gente nova está preocupada não só com o país, mas também com a literatura, com a cultura.

Ao nos despedirmos após um encontro, instintivamente, chamei-os de “amigos” e descobri uma força também nas novas amizades abrindo os horizontes de nossas vidas.

## Empreender é confiar no Brasil



» IVO DALL'ACQUA JÚNIOR  
Presidente em exercício da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)

O Dia do Empreendedor, lembrado em 5 de outubro, deve ser comemorado. Mas também é uma oportunidade à reflexão crítica sobre a complexa realidade do empresário brasileiro. Estamos celebrando a coragem de quem, mesmo diante de um ambiente hostil à iniciativa privada, insiste em gerar oportunidades e assumir riscos.

Cada empresa mantida aberta representa uma vitória contra a burocracia e a insegurança. Temos uma das maiores taxas de juros do mundo, uma carga tributária sufocante (e em constante expansão), riscos trabalhistas elevados e ausência de mão de obra qualificada, além das graves instabilidades econômica e regulatória.

Como se não bastasse, a insegurança e a violência pesam diretamente sobre os comerciantes e prestadores de serviços. Segundo dados da FecomercioSP, só as empresas do estado de São Paulo deixam de faturar cerca de R\$ 60 bilhões por ano em decorrência da violência urbana, calculando-se que os empresários brasileiros destinem estratosféricos R\$ 170 bilhões anuais para a segurança privada, em torno de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Usando uma analogia contundente, é como um cidadão que sofre tortura via instrumentos cruéis.

É tedioso, embora necessário, citar todos os obstáculos enfrentados para garantir o sucesso de uma empresa. Basta lembrar que dois em cada 10 negócios não sobrevivem ao primeiro ano de funcionamento no Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao completar cinco anos, seis em cada 10 já encerraram as atividades. A consequência é um círculo vicioso: menos negócios, menos empregos, menos competitividade.

Todos os problemas reforçam, infelizmente, a lógica de que, no país, especular é mais lucrativo do que produzir. Um investidor que aplicasse, em 1995 (primeiro ano do plano Real), R\$ 1 milhão na Bolsa, poderia resgatar algo próximo a R\$ 25 milhões. Em fundos atrelados ao CDI, teria, hoje, mais de R\$ 72 milhões. E aquele que investiu na abertura de um negócio próprio? Pode comemorar rara vitória se a sua empresa sobreviveu sem sobressaltos por três décadas.

A agenda que a FecomercioSP defende há anos busca justamente reverter esse quadro, criando um ambiente mais favorável para que os negócios prosperem. Algumas reformas são incontornáveis, como a Tributária, que pretende simplificar e reduzir a carga de impostos, e a Administrativa, para modernizar a máquina pública. Acrescente-se a necessidade de mais investimentos na infraestrutura, a manutenção dos avanços promovidos pela Reforma Trabalhista e ajustes normativos que protejam os empresários da sanha tributária.

Enquanto reformas estruturantes que alavancariam o crescimento do país continuam empacadas, tramita no Congresso uma avalanche de projetos que, se aprovados na forma em que foram apresentados, teriam fortes impactos para os negócios, levantando inquietação legítima no setor empresarial.

Embora inspiradas em nobres intenções sociais, algumas dessas propostas elevariam os custos das empresas, trazendo prejuízos para todos: queda de produtividade, aumento de preços para os consumidores, mais inflação, maior retração nas contratações e risco de demissões. Todos perdem, e ninguém ganha.

Algumas mudanças merecem ser avaliadas com atenção, como a atualização dos limites de receita do Simples Nacional, cujos valores estão defasados há quase uma década. Essa defasagem inibe investimentos, diminui contratações, contribui para o fechamento de empreendimentos e aumento da informalidade, além de prejudicar a arrecadação de Estados e municípios.

Nesse contexto, negócios são obrigados a migrar para regimes mais caros e burocráticos, sem que tenham crescido de forma proporcional. Não se trata de ampliar o regime ou os benefícios do enquadramento, mas de assegurar uma tributação justa, com a necessária correção monetária, garantindo o tratamento diferenciado previsto na Carta Magna do país. Essa atualização — que, aliás, está prevista em projeto complementar aprovado pelo Congresso — pode destravar R\$ 77 bilhões e preservar empregos.

Almejamos políticas públicas coerentes e que a sociedade valorize ainda mais o esforço de quem transforma sonhos em oportunidades. Empreender no Brasil não é apenas um negócio, mas um ato de heroísmo e de confiança no futuro do país.

Maurenson Freire



## Brasil na Mondiacult: a rota ambiciosa da Ibero-América para a cultura



» MÁRCIO TAVARES  
Secretário-executivo do Ministério da Cultura do Brasil

RAPHAEL CALLOU

Diretor-geral de Cultura da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura (OEI)

O mundo atravessa uma encruzilhada. Entre a revolução digital que redefine a criação e o consumo e a crise climática que nos impõe novas responsabilidades, a cultura não pode ser uma nota de rodapé na agenda global. É ela que impulsiona o desenvolvimento sustentável, fortalece a democracia e dá sentido à nossa existência. Com essa convicção, o Brasil e outras 11 nações da Ibero-América — Bolívia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Portugal e República Dominicana — se encontraram em Barcelona, não para esperar o futuro, mas para construí-lo.

No contexto da Mondiacult 2025, o mais importante fórum global sobre políticas culturais, a Declaração de Barcelona surge como um posicionamento estratégico do Fórum Ibero-americano de Vice-Ministros (as) e Altas Autoridades de Cultura. O documento, aprovado sob a presidência pro tempore do Brasil, é um plano de ação que traduz a urgência de pensar o papel da

cultura como um direito fundamental e um motor para o desenvolvimento social, econômico e sustentável.

A declaração estabelece um roteiro com metas tangíveis, incentivando a cooperação técnica, o intercâmbio de boas práticas e a criação de marcos regulatórios comuns. A força da nossa proposta reside justamente na sua aplicabilidade. Trata-se de um compromisso coletivo para transformar a retórica em políticas públicas eficazes, que impactem diretamente a vida dos cidadãos e fortaleçam o ecossistema cultural da nossa região.

Nossa Declaração de Barcelona é objetiva. Defendemos justiça digital, com a proteção e a remuneração adequada dos direitos autorais na era da inteligência artificial (IA), garantindo que nossos artistas e criadores não sejam deixados para trás. Exigimos a inclusão do debate sobre cultura e clima, aplicando o princípio da responsabilidade diferenciada, para que a transição ecológica seja também culturalmente diversa. E reafirmamos a urgência histórica do retorno e da restituição de bens culturais aos seus povos de origem. São pautas negociáveis para um futuro sustentável.

A cultura é um dos setores mais dinâmicos e resilientes da economia contemporânea. No Brasil, a economia da cultura representa uma força expressiva. Em 2020, movimentou R\$ 393,3 bilhões, segundo a Firjan. O setor empregava 7,4 milhões de trabalhadores e trabalhadoras em 2023, com a projeção de alcançar 8,4 milhões até 2030.

Entre 2012 e 2020, o PIB da Economia da Cultura e Indústrias Criativas cresceu 78%, enquanto a economia total do país subiu 55%. Essa realidade se estende por toda a Ibero-América, onde a economia criativa representa entre 1,4% e 4% do Produto Interno Bruto

regional. Globalmente, o setor cultural e criativo é responsável por 3,1% do PIB e gera quase 50 milhões de empregos, correspondendo a 6,2% de todos os postos de trabalho no mundo. Esses números não são apenas estatísticas, representam a soberania econômica, a autonomia de milhares de famílias e a capacidade de um povo de contar as próprias histórias, gerando renda e inclusão a partir de sua identidade.

A declaração aprovada em Barcelona traz 14 propostas que desenham uma arquitetura para as políticas culturais baseada na cooperação, na soberania e na justiça social. Entre os pontos mais contundentes, está a defesa de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) específico para a cultura, uma demanda histórica que ganha força com a união da Ibero-América. A criação de um Estatuto do Artista e do Trabalhador da Cultura na Ibero-América é outra proposta de impacto, que visa garantir direitos e proteção social a um setor historicamente precarizado.

Essa não é só uma declaração, é a voz unificada de 12 nações. É um documento que, por emanar do corpo técnico e político que executa as políticas culturais no dia a dia, carrega a legitimidade da prática e a urgência do presente. O Brasil chegou à Mondiacult com a experiência de reconstrução das próprias políticas culturais e como promotor de uma Ibero-América vibrante e articulada. A Declaração de Barcelona é a nossa bússola. Ela aponta para um futuro em que a cultura é reconhecida como um bem público global e um pilar autônomo do desenvolvimento. É um convite para que todas as nações se juntem a nós nessa visão mais ambiciosa. A Ibero-América já deu o seu recado. O mundo precisa ouvir.